

Jonas de Moraes Correia Neto (\*)

# **Evocação do Movimento Liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais (\*\*)**

(\*) **General-de-Exército (na Reserva). Ex-Comandante Militar do Sudeste (São Paulo) e Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Escritor e conferencista. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de Sergipe, de Santos, de Sorocaba e outros. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.**

(\*\*) **Palestra proferida na cidade do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1992, na sede do Instituto dos Centenários em reunião conjunta entre esse Instituto e os Institutos de Geografia e História Militar do Brasil e Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba**

**ABSTRACT**

*Due to the dimensions of the work originally presented in the joint session of the Centennial Institutes of Geography and Military History of Brazil, and the Historical, Geographic and Genealogical Institute of Sorocaba in Rio de Janeiro on June 30th, 1992, we chose to present the lecture briefly through outstanding topics selected by the author. Comments on the lecture, told in the third person singular, (JCN), relate to the revolutionary movement (Paulista and Mineiro) in an embracing way, focusing on the performance of its main leaders and on the most controversial aspects of this historical event.*

**RESUMO**

*Dadas as dimensões do trabalho, originalmente apresentado na sessão conjunta dos Institutos dos Centenários, de Geografia e História Militar do Brasil, e Histórico, Geográfico e Genealógico – de Sorocaba, na cidade do Rio de Janeiro em 30/6/92, optou-se por uma apresentação sumária da conferência através de tópicos considerados prioritários pelo autor. Comentários da conferência colocados na terceira pessoa (JCN) abordam o movimento revolucionário (Paulista e Mineiro) de maneira abrangente, focalizando a atuação de seus principais líderes e dos pontos mais polêmicos desse episódio histórico.*

Aqui é apresentada uma notícia sobre a conferência feita no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1992, na sede do Instituto dos Centenários, em uma sessão conjunta, promovida por esse Instituto e pelos Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Esta conferência foi também feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão especial, na Sala Pedro Calmon, em 23 de setembro de 1992.

### **Sumário da Conferência**

1. Introdução
2. Causas do Movimento:
  - a. Causas remotas
  - b. Causas imediatas
3. O Movimento Liberal:
  - a. a Revolução Paulista (Sorocaba)
  - b. a Revolução Mineira (Barbacena)
  - c. a Anistia
4. Figuras em destaque:  
Rafael Tobias de Aguiar  
Diogo Feijó  
Teófilo Otoni  
Barão de Caxias
5. Algumas Conseqüências
6. Pontos Polêmicos
7. Conclusão

*Notícia sintética sobre os principais tópicos constantes do desenvolvimento da conferência, que está em quase cem folhas datilografadas.*

(segue o sumário)

1 Na Introdução, o Autor (JCN) faz considerações sobre as características principais de qualquer movimento revolucionário e diz:

"O que germinou, eclodiu, desenrolou-se e se encerrou, sem muito alarde, no centro-leste brasileiro, entre maio e agosto de 1842, teve todos os traços de uma verdadeira Revolução". E ainda: "Sobretudo, as duas Revoluções (ou insurreições, se preferirem), apesar de terem ameaçado a unidade nacional, iriam servir, paradoxalmente, para ainda mais reforçá-la, naquela época tumultuada da busca do equilíbrio institucional e orgânico do país jovem".

2 Dentre as Causas do Movimento, JCN ressalta que sua causa foi de natureza político-partidária.

Tratando das *Causas Remotas*, discorre sobre as disputas que, desde 1834, separavam acerbamente Conservadores e Liberais; e assinala os dois fatos que marcaram profundamente a política imperial de então: a promulgação do Ato Adicional (12 de agosto) e a morte de D. Pedro I (24 de setembro).

Reconhece JCN que, além do campo das idéias, postas na política partidária, existiam muitos interesses em jogo, como sejam: disputas de velhas oligarquias, ambições, recalques, engajando pessoas e grupos. E ainda, cita Alfredo Ellis Jr.: "O movimento de 1842, paulista-mineiro, se aparentemente apenas se revestiu de caráter político-partidário, no fundo o germe regionalista foi o causador da explosão violenta..."

No capítulo *Causas Imediatas*, aponta a subida do Partido Conservador ao poder (Gabinete de 23 de março de 1841), com suas duas leis "de gravíssima tendenciosidade": a de 23 de novembro, restabelecendo o Conselho de Estado, e a de 3 de dezembro, reformando o Código do Processo Criminal. JCN discorre sobre os efeitos desses atos, refere-se à dissolução da Câmara dos Deputados e mostra como essa medida violenta refletia a vocação extremada do governo; e afirma que foram baldadas todas as tentativas feitas para reverter o processo tentacular, acendendo-se o estopim da revolta.

3 Para abordar o *Movimento Liberal de 1842*, JCN optou por relatar, separadamente, a revolução paulista e a mineira, seguindo o esquema: – eclosão – eventos – término.

a) Sobre a Revolução Paulista, partiu de março 41, quando era Presidente da Província o Brig. Tobias e subiu o Gabinete

Conservador, iniciando-se período de delicado relacionamento, afinal rompido, com o governo legal posto em xeque pelo de Tobias, em 17 de maio de 1842, começando a revolução. JCN destaca que “era uma tônica dos chefes revolucionários paulistas (bem como dos mineiros) a preocupação com a unidade do Brasil e com a submissão ao Imperador”. E comenta: “O paradoxo da reiterada lealdade ao Imperador revela-se só aparente, pois ela era real. O que acirradamente se disputava era o Poder... à sombra da monarquia”.

JCN relata e enaltece o comando militar e as atitudes do Barão de Caxias e comenta o Combate de Venda Grande, chegando em seguida aos eventos finais da revolução. Tem destaque a figura de Feijó, de quem diz: “Em Sorocaba, a aproximação de Caxias equivaleu a um toque de debandar. Menos para um homem: o Padre Feijó. Ele permaneceu na liça e acrescentou, às suas tantas famas enobrecedoras, mais uma – a grandeza na derrota”.

b) Sobre a *Revolução Mineira*, diz JCN:

Somente a 10 de junho estourou a revolução, em Barbacena.

“Talvez houvesse sido diferente o desenvolvimento da revolução, se ela não se tivesse fracionado no tempo e se tivessem sido coordenadas as ações mineiras com as paulistas, como desde muito se pretendia e se combinara. Por que Minas se atrasou, em preciosos 23 dias? A explicação corrente está em que o compromisso mineiro seria o de ampliar a repercussão do movimento liberal, auxiliando e secundando os paulistas, a quem caberia a iniciativa, Cabe ainda perguntar: por quê? São Paulo se incendiava, Caxias já lá chegara e, a 4 de julho, os líderes mineiros ainda se reuniam para decidir o desencadeamento da revolta, quando já houvera Venda Grande e a sedição paulista agonizava”.

JCN conta o desenrolar todo da revolução em Minas, fazendo diversas e oportunas citações, inclusive a do Cônego Marinho, cuja expressão parcial, apaixonada, deixa bastante claro, reconhecendo, porém, seu valor como “o Xenofonte da Revolução Mineira...” Ressalta, ainda, a ação de Caxias, descrevendo detidamente os episódios que desaguarão em Santa Luzia e comentando tecnicamente esse decisivo combate.

c) Em “*a Anistia*”, JCN começa dizendo que, “pacificadas as Províncias de São Paulo e Minas, urgia consolidar-se a vitória alcançada”.

“O decreto nº 342, de 14 de março de 1844... concedeu anistia às pessoas que se acharam envolvidas nas insurreições de 1842, em São Paulo e Minas”. JCN faz vários comentários sobre o dec. 342 e sua aplicação, ressaltando que “os farroupilhas absorveram o recado”, claro nesse decreto, e informa que “ao ato de anistia seguiu-se um período de atração dos revoltosos anistiados, de busca de reaproximação trono-sociedade, nas áreas outrora conflagadas”. Enfim, diz que “o decreto de Anistia pôs ponto final na Revolução de 1842”.

4 No capítulo *Figuras em Destaque*, as quatro personalidades escolhidas por JCN, para serem distinguidas em seu estudo, estão apresentadas menos sob aspecto biográfico do que dentro dos ângulos relativos aos fatos e a outros vultos do movimento liberal de 42.

JCN destaca atitudes pessoais e atos de *Rafael Tobias*, que mostram o herói em sua condição de chefe, como também em sua dimensão humana. É claro que aí não poderia faltar a Marquês de Santos, cuja personalidade aparece de modo bastante favorável. Enaltece o criador e comandante da Força Pública.

JCN descreve a participação de *Feijó* no movimento, desde sua preparação até o final – e depois, até sua morte. Demonstra, para com essa notável figura, muita admiração, do que é prova este trecho conclusivo:

“Feijó morreu em 10 de novembro de 1843. Por quatro meses, não pôde ser anistiado pelo decreto imperial (14/3/44). Sem qualquer dúvida o foi, isto sim, no consenso dos seus coevos e na justiça da História”.

Sobre *Teófilo Otoni*, JCN revela quem foi esse homem, tão influente em sua época e de tão celebrada memória. Mostra suas múltiplas facetas individuais, algumas quase desconhecidas, por pouco divulgadas – como seu espírito pioneiro. Afirma que, na conflagrada Minas, ele foi quem mais encarnou os ideais revolucionários, “sem exageros, com decisão mas com prudência”. Indica sua carreira política e conclui dizendo que “sua última contribuição política há-de ter sido posta no Manifesto do Partido Liberal. Assinou-o em maio de 1869 e faleceu em 17 outubro, dez dias antes de completar 62 anos. Morrera o lidador. Consagrava-se o seu exemplo”.

Acerca do *Barão de Caxias*, depois de relatar ligeiramente sua carreira militar, sempre vitoriosa, ressaltando sua constante

preocupação com a conquista da Paz, conta algo de sua carreira política, como prócer do Partido Conservador. O militar JCN preferiu traçar aqui um perfil do Patrono do Exército, não se detendo na sua atuação nas revoluções de 1842, porquanto essa atuação se encontra no desenvolvimento específico do tema, nas ocasiões oportunas. Ao finalizar o capítulo, registrou estas expressões, que merecem transcrição:

“Já era Duque – único Duque do Brasil. Continuava Senador e Ministro do Supremo Tribunal Militar. Nesses afazeres, ia arrastando sua velhice aureolada.

Morreu a 7 de maio de 1880, aos 77 anos, este que foi o Condestável do Império. Não viu a República. Se estivesse vivo no 15 de novembro, talvez... talvez...

De Caxias, desde o berço, poderíamos parodiar o que A. Maurois escreveu sobre o Gen. Lyautey, dizendo: “Toda a história do Império do Brasil misturou-se à vida dessa criança”.

Por essa vida magnífica é que Caxias é o Patrono do Exército Brasileiro; e o dia do seu nascimento, o Dia do Soldado”.

5 Em “*Algumas Conseqüências*”, JCN relaciona as seguintes:

– o Partido Conservador foi fortalecido e controlou o país durante muitos anos;

– o Partido Liberal perdeu prestígio, de imediato, mas não ficou de todo à margem do poder; assumiria o governo pouco tempo depois;

– o que escapou aos liberais, com a derrota da revolução, eles acabaram recuperando e com vantagem, na aceitação popular; é o caso da pregação de grandes idéias, que tiveram mais tarde excepcional relevância: a Abolição e a República;

– os revoltosos farrapos foram ainda mais enfraquecidos pelos reflexos psicológicos do sucesso de Caxias, que os pressionava, agora com mais recursos, liberados de São Paulo- Minas;

– 1842 foi o ano da ascensão de Caxias ao primeiro plano da alta política imperial, quer na área militar, quer na política, com presença permanente e marcante na vida nacional;

– das mazelas da guerra civil, especialmente entre 1842 e 1845, resultou mais amalgamada a unidade nacional.

6 No capítulo “*Pontos Polêmicos*”, JCN seleciona meia dúzia de questões, as quais têm sido encaradas de diversas maneiras,

pelos autores que delas têm se ocupado. Diz JCN que é sua intenção "tão somente, perpassar por algumas colocações, comumente mal contadas e mal interpretadas, seja por desconhecimento, seja por intencional desejo de esconder a verdade, levantando ou mantendo suspeições e acusações. A limpidez da História não pode se comprazer com mentiras e infâmias. Não deve ser parcial – tem de ser honesta, para ser respeitável. "Com tais premissas, JCN dá suas versões, que procura apoiar em depoimentos (faz muitas citações), oferecendo suas próprias conclusões.

Essas questões são:

### **Ligações do Movimento Liberal de 42 com a Revolução Farroupilha**

Admite que houve, sendo compreensível, ligações pessoais e certas conversações entre os rebeldes paulistas e mineiros e os gaúchos. Mas, afirma que nunca chegaram a ser conexões e obrigações, de real validade embora os farrapos tivessem tido "uns namoros" com os revoltosos de 42. Para JCN, "o que transparece evidente é que tudo não terá ido além de esforços, mais dos farrapos, para obter dos paulistas e dos mineiros que se aliassem concretamente a eles, num movimento concatenado. O que jamais aconteceu".

### **Fuga e prisão de Rafael Tobias de Aguiar**

JCN descreve, com minuciosa exatidão (inclusive geográfica), as condições e as rotas da fuga de Tobias, de Sorocaba até o Rio Grande do Sul, o que chama de verdadeira odisséia para não se deixar aprisionar. Destaca que "não foi um ato covarde, do que a Tobias nunca se poderia acusar; foi antes um ato de orgulho, ou de desespero, ou mesmo de esperança no seu desencanto".

Conta como, após cruzar o Mato Castelhana (vasta região selvática, nas serras do norte e noroeste gaúcho, dominada por agressivos índios), foi preso no lugar chamado Guarita, perto de Passo Fundo, onde o esperavam as tropas legais, acionadas por Caxias. Transcreve, a propósito, documentos de Tobias e de Caxias, os quais contêm pontos colidentes, e conclui assim:

"Quando se alinham e se avaliam todos os dados disponíveis, hoje, chega-se ao seguinte: I - a prisão se deu nos primeiros dias de

dezembro, talvez no dia 1º, porém não a 12, pois datam desse dia os ofícios de Caxias, relatando tudo que ocorreu; II - resulta impossível afirmar-se o local exato da prisão; entretanto, não há dúvida de que foi a noroeste de Passo Fundo (Guarita), num ponto a cavaleiro da velha estrada que demandava a vila de Palmeira (das Missões).

JCN encerra com um item discutível, que julga “assaz interessante”:

“Tobias ia mesmo se engajar com os farroupilhas?

Ou estava procurando passar, para alcançar o Uruguai?”

“É aceita por quase todos os historiadores a primeira hipótese. Na época, essa era a voz corrente. Aliás, a proclamação de Feijó em Sorocaba, quando assumiu o posto de sacrifício, deixado vago por Tobias, tem um texto que seria insustentável, se outro fosse o destino final do Presidente que se evadira”.

### **Relações de Caxias com Feijó**

No capítulo sobre a Revolução Paulista, JCN se deteve em contar vários episódios envolvendo esses dois grandes vultos. Agora, procura rebater algumas acusações feitas a Caxias, de haver tratado Feijó de modo grosseiro, quando o manteve sobre prisão.

Afirma JCN que “Caxias não retirou Feijó de sua casa, carregado na cadeira de rodas, para prendê-lo no QG de Sorocaba; pelo contrário, nem preso propriamente foi Feijó, que foi conservado sob custódia, com um oficial à sua disposição e podendo sair, acompanhado, como fez algumas vezes, para visitar Caxias, com quem muito conversava-aliás, queixando-se amargamente dos seus correligionários. Caxias, portanto, tratava Feijó com cortesia, confiando em que ele não iria fugir, abusando das facilidades concedidas”.

Para apoiar sua tese, JCN cita Otavio Tarquinio de Souza e outros.

### **Depois do Combate de Venda Grande**

Aqui, JCN aborda o controvertido caso – ainda hoje, um “mistério histórico”, para alguns – da chacina da noite de 7 de junho de 42, quando foram friamente assassinados muitos revoltosos presos no combate desse dia (Venda Grande).

Conclui JCN que, embora não se tendo chegado definitivamente

a estabelecer uma responsabilidade pessoal pelo crime, pesquisas e depoimentos permitem isentar os chefes legalistas. Diz que o que parece certo é ter havido excesso de fanatismo de indivíduos que compunham uma força, ao lado dos legalistas, reunida em Campinas, antes mesmo da chegada das tropas regulares; eram mercenários, chefiados pelo contra-revolucionário Monsenhor João Ramalho, os quais já de muito vinham sobressaltando os campineiros, com seu comportamento atrabiliário.

### **O Combate de Santa Luzia e a atuação de Caxias**

Tem sido discutida a forma como Caxias conduziu suas forças, em Santa Luzia. Há quem procure diminuir a glória do chefe legalista, acusando-o de atuação incompetente, que teria levado a uma surpresa e a uma retirada em más condições, somente revertido esse quadro pela ação oportuna, não planejada, do seu irmão, Cel. Lima e Silva, comandante de uma das colunas atacantes.

Assim se expressa JCN, dizendo mais:

“O Barão de Caxias atravessou, em Santa Luzia, uma das ocasiões mais duras de sua existência de guerreiro. A força sob seu comando direto esteve próxima da derrota e ele em risco pessoal. Foram contingências de um choque não planejado, no qual o inimigo pode ter toda a iniciativa e soube bem aproveitá-la. O perigo foi tão grande que Caxias cogitou de determinar uma retirada-operação difícil, cheia de riscos”.

“Caxias simulou que fazia uma retirada; os inimigos, eufóricos, lançaram-se a uma suposta “caçada” e, em pouco tempo, passaram de caçador a caça. Houvera uma chegada providencial (Cel. Lima e Silva), uma exploração do êxito competente, enfim, um sucesso merecido como coroamento”.

“Por que Caxias venceu? Podemos dizer que foi porque montou a manobra: concentração de suas forças em um ponto; combinação de direções de atuação; coordenação dos meios assegurada. Aí aparece a personalidade militar de Caxias, com os atributos de comandante de exército”.

Lembra JCN que o acerbo crítico de Caxias, o Cônego Marinho, que se arvorou no papel de analista militar do evento, foi o primeiro a justificar suas acusações, ao dizer que – “reconheço que serei tido como um historiador suspeito... Confesso que essa prevenção tem fundamento razoável”.

## **O tratamento dado aos Chefes presos em Santa Luzia**

Detém-se JCN longamente neste assunto, em que foi figura proeminente Teófilo Otoni.

Diz JCN: "É da viagem de seis dias (21/27 agosto), de Santa Luzia ao cárcere ouropretano, e dos maus tratos que sofreram os prisioneiros, nos deslocamentos e nas paradas, que residem as justas queixas e se espalharam acusações, algumas injustas".

Baseado nas declarações do próprio Otoni, posteriormente divulgadas por Aluísio de Almeida, JCN demonstra que houve imperdoáveis excessos, de exclusiva responsabilidade de comandantes maus e despreparados; e que, logo que Caxias soube do que se passava, providenciou para que cessassem os vexames, com os quais nada tivera que ver o comando superior das forças legais.

7 Em sua *Conclusão*, JCN se reporta ao Sumário desenvolvido e esclarece que "não vamos aqui resumi-lo, como às vezes se costuma numa conclusão, pois seria supérfluo, repetitivo". E continua:

"Reiteramos nossa admiração pelo papel desempenhado por homens de excepcionais qualidades, com seus acertos e erros. Homens que são um patrimônio moral da Nação, que contribuíram para a construir e consolidar. E que nos deixaram exemplos de honestidade, de despreendimento, de coragem, de ética, de valores, enfim, os quais – por lamentável reversão – tornam-se cada vez mais escassos nos dias atuais.

Ao encerrar, queremos abranger, num sentimento igual de respeito, todos quantos, anonimamente, sofreram em suas famílias, em seus lares, em seus sonhos, os efeitos devastadores da Revolução – de ambos os lados".

8 O trabalho de JCN contém, em anexo, trinta referências bibliográficas, entre livros, artigos e outros. Os autores citados são:

- Aluísio de Almeida; Vilhena de Moraes; Octavio Tarquinio de Souza; Walter Spalding; Cônego José Antonio Marinho; Pedro Calmon; Licínio Cardoso; J.P. Coelho de Souza; Morivalde Calvet Fagundes; Cel. PM Edilberto Oliveira Melo; Hernâni Donato; Rio Branco; Rocha Pombo; Tasso Fragoso; Souza Docca; Afonso de Carvalho; Jonas Correia Neto; João Camillo de Oliveira Torres; Basílio de Magalhães; Alfredo Ellis Júnior; Gen. Felício Lima; Celso Maria de Melo Pupo; Com. Luiz Alves de Oliveira Bello; Afonso Várzea; Renato Sêneca Fleury; Cel. Claudio Moreira Bento; Cel. Francisco Ruas Santos.